

Arthur Ferrari Arsuffi

AÇÃO RESCISÓRIA E VALORAÇÃO DA PROVA

A violação a normas jurídicas probatórias
como causa para a rescisão de julgados

PREFÁCIO
CASSIO SCARPINELLA BUENO


Editora Direito
Contemporâneo

2024

Editora Direito Contemporâneo

Sócios fundadores	Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim
Diretor Comercial	Rafael Arruda Alvim Pinto
Diretor de conteúdo	Felipe Toledo Moreira
Editora	Cristiane Faria
Produção gráfica	Microart Design Editorial
Impressão e encadernação	Edições Loyola

© desta edição [2024]

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento da edição: 30.04.2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arsuffi, Arthur Ferrari

Ação rescisória e valoração da prova : a violação a normas jurídicas probatórias como causa para a rescisão de julgados / Arthur Ferrari Arsuffi. São Paulo : Editora Direito Contemporâneo, 2024.

Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Programa de pós-graduação em Direito, 2023.

Orientador: Cassio Scarpinella Bueno.

Bibliografia.

ISBN 978-65-85269-08-7

1. Ação rescisória 2. Ação rescisória – Brasil 3. Decisão judicial 4. Impugnação 5. Prova (Direito) I. Título.

24-203371

CDU-347.922

Índices para catálogo sistemático:

1. Ação rescisória - Processo civil 347.922

Tábata Alves da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9253

Sumário

AGRADECIMENTOS	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
PREFÁCIO.....	15
APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO	25
1. AÇÃO RESCISÓRIA: GENERALIDADES.....	31
1.1 Ação rescisória: natureza jurídica, função sistêmica e abrangência.....	31
1.1.1 Decisões rescindíveis.....	42
1.1.1.1 Decisões inexistentes.....	53
1.1.1.2 Decisões ineficazes	58
1.1.2 Prazo decadencial	60
1.1.3 Demais requisitos da ação rescisória.....	71
1.1.4 Legitimidade.....	72
1.1.5 Juízo rescindente e juízo rescisório	76
2. AÇÃO RESCISÓRIA E NORMA JURÍDICA: DA AÇÃO IMPUGNATIVA AUTÔNOMA AO ATUAL PARADIGMA JUSFILOSÓFICO.....	81
2.1 Ação rescisória por manifesta violação à norma jurídica.....	81
2.1.1 Enunciado normativo e norma jurídica.....	103
2.1.2 Cláusulas gerais e conceitos vagos e indeterminados.....	109
2.1.3 Princípios jurídicos	123
2.1.4 Precedentes judiciais como norma jurídica e a redobrada importância dos fatos.....	133
2.1.5 A importância dos fatos para a norma jurídica ou porque mal compreender os fatos é igual a obter uma norma jurídica viciada e violadora do ordenamento jurídico	142

2.1.6	O que é norma jurídica para fins de rescindibilidade?	151
2.1.7	O que é violar manifestamente?	159
3.	A IMPORTÂNCIA DOS FATOS E DA PROVA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: A DEFINIÇÃO DE BALIZAS À ATIVIDADE DE VALORAÇÃO DA PROVA	167
3.1	Prova e decisão judicial: dois lados da mesma moeda?	167
3.1.1	A valoração da prova e o convencimento motivado do julgador: da subjetividade à objetividade	182
3.1.2	Reavaliação da prova e requalificação jurídica: um diálogo com os recursos aos tribunais superiores	200
3.1.3	Alguns exemplos de regras e princípios incidentes sobre a valoração da prova	209
3.1.3.1	Princípio dispositivo e fato incontroverso	209
3.1.3.2	Presunções	214
3.1.3.3	Regras de experiência	218
3.1.3.4	Comunhão da prova e aquisição da prova	226
3.1.3.5	Regras que impedem a valoração parcial da prova e regras que determinam a força probante dos documentos e que, portanto, condicionam sua valoração	229
3.1.3.6	Fato notório	237
3.1.3.7	Princípio da igualdade ou isonomia	242
4.	AÇÃO RESCISÓRIA E VALORAÇÃO DA PROVA: UMA NOVA VISÃO DO TEMA	253
4.1	O panorama atual da questão envolvendo a valoração da prova e a rescindibilidade: o dogma da justiça da decisão	253
4.1.1	A necessidade de se revisitar esse dogma: cabimento da ação rescisória por manifesta violação à norma jurídica relacionada à valoração da prova	267
4.1.1.1	A necessária releitura do dogma	273
4.1.1.1.1	O fato como elemento integrante e formador da norma jurídica ou como a má	

percepção dos fatos implica a formação de uma norma jurídica inautêntica.....	279
4.1.1.1.2 Como os entendimentos do Supremo Tribunal Federal contribuem para a construção da tese proposta? Necessidade de uma visão holística, íntegra e coerente de suas decisões	300
4.1.1.1.3 A decisão do Tribunal do Júri tomada manifestamente contra a prova dos autos e a sua relação com a tese proposta	316
4.1.1.1.4 O princípio da eficiência como justificativa para revisão do dogma da impossibilidade de se revisitar a justiça da decisão.....	325
4.1.1.2 Fechamento de ideias. Diálogo entre os fundamentos rescisórios previstos nos incisos V (violar manifestamente norma jurídica) e VII (prova nova) do art. 966 do CPC/15. Possibilidade de sua cumulação.....	337
CONCLUSÃO.....	349
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	353